



Jornal do Sintraej

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Serviços de Água e Esgotos Sanitários de Joinville

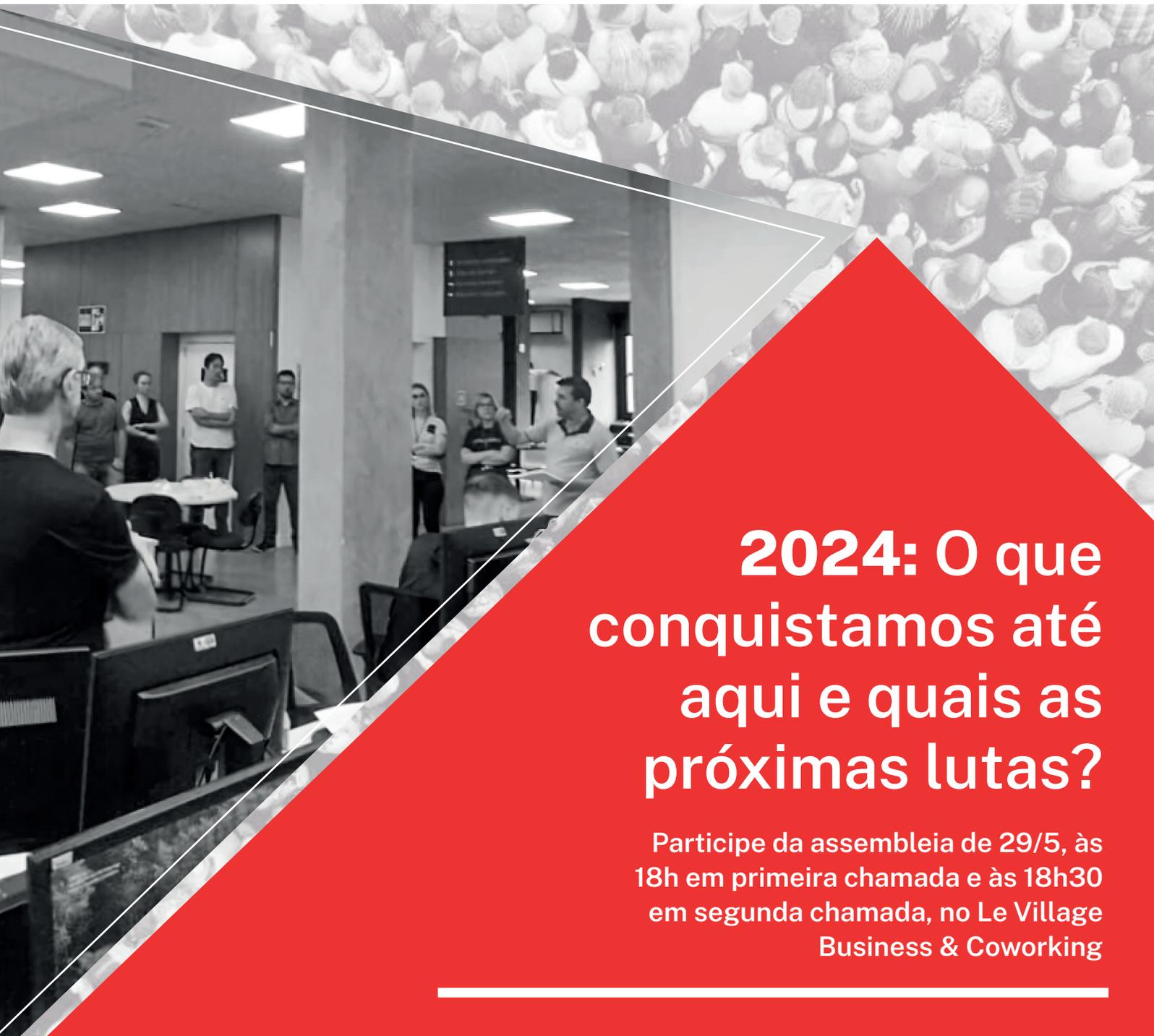
sintraej

sintraej

sintraej@gmail.com

(47) 98853-2458

Edição 05 | Maio de 2024 | www.sintraej.org.br



2024: O que conquistamos até aqui e quais as próximas lutas?

Participe da assembleia de 29/5, às 18h em primeira chamada e às 18h30 em segunda chamada, no Le Village Business & Coworking

Contra a PPP do saneamento

Pág. 2

Artigo: trabalhadores e comunidade devem ser envolvidos no debate, em defesa da empresa pública.

Saúde do trabalhador

Pág. 4

Em mês de Sipatma, a categoria quer saber o que a Companhia Águas de Joinville está fazendo para garantir a saúde dos trabalhadores.

Vida Além do Trabalho

Pág. 4

Conheça e apoie o movimento nacional que pede o fim da escala de seis dias consecutivos de trabalho, com apenas um dia de descanso.



Foto: Prefeitura de Joinville/Divulgação/ND

OPINIÃO

OS RISCOS DA PPP EM JOINVILLE

| Luiz Alberto Rocha*

No Brasil, o setor de saneamento enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito às privatizações. A justificativa para a entrada de empresas privadas no setor se baseia na busca por maior eficiência e na atração de investimentos. Em relação a Joinville, no entanto, isso não parece fazer muito sentido ante o destaque que os índices de saneamento público urbano têm em relação ao Brasil. Diversos críticos apontam que a privatização, nessas circunstâncias, pode resultar em aumento de tarifas, piora na qualidade dos serviços e exclusão de comunidades mais vulneráveis.

Estudiosos do setor têm, inclusive, posto em dúvida o volume de recursos para a universalização tornados públicos pelas administrações públicas, sob suspeita de que os valores estariam inchados a propósito de criar justificativas para utilizar recursos da iniciativa privada, já que o orçamento público não seria capaz de sustentar um fluxo elevado de investimentos em tão pouco tempo.

Em todo esse processo, os trabalhadores desempenham um papel fundamental de

defesa da manutenção do serviço que ajudaram a construir como um direito básico e universal a toda população. A luta política necessária envolve a mobilização da sociedade civil, sindicatos e demais organizações em defesa do saneamento como bem público.

Em Joinville, os índices de abastecimento de água já são universalizados para a população urbana. Mas os investimentos em esgotamento sanitário ainda estão muito aquém do necessário para garantia do saneamento e seus benefícios sociais. Ainda mais quando os números são segregados entre população urbana e rural. Isto porque a cobertura de esgotamento na zona urbana é praticamente 10 vezes maior do que na zona rural. Esses números indicam o tipo de seleção diversa que a administração tem feito ao longo do tempo – situação com grande potencial de ser repetida no projeto de privatização que se está sendo construído.

A privatização por meio da Parceria Público-Privada (PPP) de Joinville deve ser combatida com intensa participação social em defesa da manutenção

da empresa pública, com sua operação com baixo custo, que atenda toda a população. Para isso, é preciso ampliar os trabalhos internos na Companhia, recompondo estruturas e quantitativo suficiente de trabalhadores, de forma a garantir a eficiência na prestação dos serviços, sem que isso comprometa a qualidade, a modicidade tarifária e o acesso universal ao saneamento, inclusive na zona rural.

É essencial que os trabalhadores e a comunidade estejam atentos e atuantes, acompanhando de perto esta tentativa de privatização por PPP e cobrando ações contra, de forma a manter uma empresa pública socialmente comprometida com serviços que beneficiem a população de forma equitativa, principalmente se for levada em consideração que 5,74% de pessoas inscritas no Cadastro Único não têm abastecimento de água adequado e 48,17% não têm esgotamento sanitário adequado (CadÚnico: 2017).

É necessário, inclusive, que Joinville faça estudo de alternativas levando em consideração a capacidade da operação pública de saneamento se manter, já que é ela a responsável pela reconhecida qualidade do saneamento municipal e tem contratado empréstimos consideráveis.

A situação das privatizações no saneamento no Brasil é preocupante pelos encaminhamentos que vêm sendo adotados sem a participação da sociedade, com realização de audiências e consultas públicas que não permitem ou restringem a interação da população.

Em Joinville, a luta política dos trabalhadores é essencial para garantir que as decisões tomadas em relação ao saneamento atendam aos interesses coletivos e promovam o bem-estar da população.

* Advogado e consultor jurídico. Doutor em Direito do Estado/USP. Professor da Faculdade de Direito/UFPa. Assessor Jurídico da FNU e de diversos sindicatos de saneamento, incluindo o Sintracj.

RÁPIDAS

Greve na Casan – Os trabalhadores da Casan entraram em estado de greve no dia 10/5, com decisão de iniciar uma greve a partir de 22/5. A categoria reivindica: manutenção do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) integral, por nenhum direito a menos; aumento real de salários; não às terceirizações; contratação urgente de pessoal e concurso público; defesa da Casan pública; aprovação do PLC 040/2023, que trata da regionalização do saneamento; e cumprimento, por parte da diretoria da Casan, da Carta Compromisso assinada pelo governador Jorginho Mello. A direção da empresa não renovou o ACT, do qual procura retirar direitos.

Dois semanas de greve dos professores de SC – Em 8/5, o magistério catarinense decidiu suspender por 60 dias a greve iniciada em 23/4. A paralisação mostrou o vigor da categoria, sobretudo entre os trabalhadores mais jovens, mesmo diante de ameaças de demissões pelo governo Jorginho Mello (PL). O movimento mostrou ainda a imobilidade da atual direção sindical, que não organiza os trabalhadores. Até o momento, a categoria conseguiu a retirada das punições e alguns pequenos avanços. Mas segue a luta por reivindicações fundamentais, como o reajuste do Piso Nacional na tabela salarial, com descompactação da tabela, e revogação total do desconto de 14% aplicado aos aposentados.

Greve federal da educação – Os trabalhadores federais em educação estão em greve*. A mobilização reflete a ausência de reestruturação de carreiras, anos de perdas salariais acumuladas (39% para os docentes e 53% para os técnicos) e precarização das condições de trabalho agravadas pela inflação. En-



Ato de professores em Santa Catarina. Foto: Fran santos

tre os técnicos das universidades (Fasubra), a paralisação começou em 11/3; nos institutos federais, em 3/4 (Sinasefe); e entre os docentes das universidades, em 15/4 (Andes). A divergência nas datas mostra a política divisionista dos dirigentes desses sindicatos. Em última instância, essas entidades deveriam ser unificadas. Já o governo, tenta enfraquecer a mobilização dividindo a pauta em diferentes mesas.

*No fechamento desta edição do *Jornal do Sintracj*

Enchentes no RS e o papel do Estado – A crise climática no RS levanta debates sobre o papel do Estado, destacando sua ineficiência na proteção social, ambiental e infraestrutura. A recente privatização da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), por exemplo, já mostra seus impactos negativos. Com a demissão de 2,2 mil trabalhadores (cerca de 40%) após a privatização, a empresa está totalmente desmontada diante da presente crise. Já o Departamento Municipal de Água e Esgotos de Porto Alegre (DMAE), tem um déficit de mais de 2,5 mil servidores, conforme dados do Portal da Transparência. Diante de crises graves como essa fica evidente a necessidade de mais investimento público e menos privatizações.



CAMPANHA SALARIAL 2024: A ORGANIZAÇÃO TRAZ CONQUISTAS

Este ano, a negociação coletiva na Companhia Águas de Joinville foi antecipada devido ao período eleitoral, uma prática comum em diversas categorias pelo Brasil. Isso ocorre porque, 180 dias antes do pleito, a legislação impede a concessão de benefícios a servidores e empregados públicos.

O Sintraej, ciente dessa questão, já em outubro de 2023 aprovou a pauta de reivindicações, incluindo a solicitação para a mudança da data base deste ano para 1º de março.

Em 1º de fevereiro, a pauta do acordo coletivo foi entregue à Companhia, e até o final de março, o Sintraej realizou três rodadas de negociações com a empresa. Na assembleia de 26 de março, os trabalhadores votaram pela aceitação da proposta da empresa até aquele momento.

Durante o período de janeiro a março de 2024, o Sintraej promoveu cinco assembleias, com a presença crescente de trabalhadores. Essa mobilização demonstra o compromisso e a disposição da categoria em lutar por seus direitos.

Importante ressaltar que tanto a Prefeitura quanto

a Companhia não tinham impedimento legal para conceder aumentos salariais e benefícios fora do período de 180 dias antes do pleito, especialmente com a antecipação da data-base.

Entretanto, a Companhia, alinhada com o prefeito Adriano Silva (Novo), optou por conceder apenas a reposição da inflação dos últimos 10 meses, totalizando 3,13%. Esse índice representa um dos menores entre as negociações em diversas categorias.

É lamentável ver a diretoria da Companhia ceder a essa postura, que vai contra os interesses e os direitos dos trabalhadores, justamente após um ano em que batemos todas as metas e que a empresa teve uma alta lucratividade. Essa decisão foi clara demonstração de falta de compromisso com a valorização dos funcionários.

Apesar disso, os trabalhadores da Companhia podem se orgulhar de sua luta, pois foram conquistados outros direitos importantes. Entre os servidores municipais, onde a direção do sindicato (Sinsej) tem desmobilizado cada vez mais a base, a categoria conquistou apenas os 3,13% sem nenhum direito nem compro-

misso a mais. Essa incapacidade do Sinsej de mobilizar para negociar com o governo municipal nos afeta diretamente.

O que conquistamos até agora em 2024?

- Em janeiro aprovamos a nova escala de trabalho 12x60 para o Ciop, a pedido dos trabalhadores;
- A reposição salarial pelo IPCA referente a 10 meses de acúmulo da inflação (3,13%), que foi pago já no salário no início de abril;
- O mesmo índice aplicado sobre os demais direitos financeiros: vale-alimentação (R\$ 1.009,80), auxílio-creche (R\$ 493,11) e brinde de Natal (R\$ 206,26);
- O compromisso de que na próxima negociação da data-base, a Companhia fará o repasse da inflação de 14 meses, ou seja, do período de março/2024 até maio/2025;
- Nos trabalhos extraordinários iniciados em dia útil ou sábado que terminam aos domingos ou feriados, a partir de agosto, as horas-extras serão consideradas proporcionalmente à jornada realizada em dia útil ou sábado com adicional de 50% e as horas trabalhadas no domingo ou feriado com adicional de 100%;

PARTICIPE DA ASSEMBLEIA DO SINTRAEJ

29 | **18h** Em primeira chamada
MAI | **18h30** Em segunda chamada

Auditório do Edifício Le Village Business & Coworking | Rua Dona Francisca, 364, Centro

- Antecipação do pagamento do vale-alimentação para o dia 28 de cada mês, que já está sendo aplicado;
 - Lanche para os empregados que realizarem horas-extras e estas ultrapassarem, de forma ininterrupta, a carga horária de duas horas além do expediente, ou de quatro horas, não necessariamente ininterruptas, em dias de compensação, DSR e feriados, no valor de um vale alimentação;
 - A definição, em instrução normativa, dos critérios abrangidos como medicamentos, incluindo-se vacinas, alimentação especial, produtos e materiais de primeiros socorros para fins de reembolso;
 - Aumento da licença para acompanhamento de 7 para até 10 dias durante o ano para internação de pais, filhos e cônjuge, por dependente;
 - Acréscimo de acompanhamento em consultas médicas sem limite de dias ou horas para cônjuges com deficiência comprovada;
 - Em casos de falecimento de sogro e sogra, será abonado até 2 dias consecutivos para comparecimento ao funeral, devidamente comprovado, ante 1 dia;
 - Extensão do estudo da redução do intervalo refeição de 1h30min para 1h ou 30 minutos, nas áreas onde este modelo se mostre viável e a serem definidas pela Companhia e informadas ao sindicato;
 - Revisão da portaria da Unicaj para incluir a liberação de até 4 horas por semana para cursos técnicos ou de nível superior públicos.
- Na mesa de negociação permanente, o Sintraej seguirá buscando a reposição salarial, a apresentação de um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários, e a defesa do plano de saúde dos trabalhadores. A categoria precisa ficar atenta a necessidade de mobilização a qualquer tempo. Desde já, coloque na agenda a próxima assembleia, no dia 29 de maio.

INFORME JURÍDICO

O Sintraej, atualmente mantém as seguintes ações judiciais em andamento:

- Ação Civil Pública Trabalhista 0000790-36.2023.5.12.0028, que pede o pagamento do adicional de periculosidade para os trabalhadores que ocupam o cargo de Coordena-

dor de Melhorias Operacionais (parcelas retroativas entre 2019 a 2022). O pedido foi julgado improcedente em primeiro grau e pelo TRT. O sindicato, por meio de agravo de instrumento ainda não julgado, procura remeter o processo para julgamento de recurso de revis-

ta no Tribunal Superior do Trabalho.

- Ação Civil Pública para cobrança de diferenças de correção monetária do FGTS. Esta ação, como ocorre em todo o país, com ações semelhantes, se encontra suspensa, aguardando decisão do STF.
- Em ajuizamento, ação que pede a equiparação salarial entre agentes de saneamento e agentes operacionais.



SAÚDE DO TRABALHADOR: A CAJ ESTÁ MESMO PENSANDO NELA?

Em maio, a Companhia Águas de Joinville (CAJ) realiza a Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho e Meio Ambiente (Sipatma). Este evento adquire uma relevância ainda maior à luz do recente relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que destaca os crescentes riscos enfrentados pelos trabalhadores devido às mudanças climáticas.

O relatório da OIT sublinha os perigos iminentes decorrentes do agravamento das alterações climáticas, como o aumento da exposição a condições extremas, como calor excessivo, radiação ultravioleta e fenômenos meteorológicos

adversos. Essas mudanças climáticas criam uma complexa rede de riscos à saúde que afeta cerca de 70% dos trabalhadores em todo o mundo. Estatísticas alarmantes revelam que aproximadamente 3,4 bilhões de trabalhadores estão expostos ao calor excessivo, enquanto 26,2 milhões de pessoas em todo o mundo sofrem de doença renal crônica relacionada ao estresse térmico no ambiente de trabalho.

O relatório também aponta que cerca de 1,6 bilhão de trabalhadores estão expostos à radiação ultravioleta, aumentando o risco de câncer de pele, e que aproximadamente a mesma quantidade de pes-



soas enfrenta a poluição do ar nos locais de trabalho, resultando em 860 mil mortes anualmente entre os trabalhadores ao ar livre. No setor agrícola, mais de 870 milhões de trabalhadores estão expostos a pesticidas, contribuindo para mais de 300 mil mortes anualmente devido à exposição a essas substâncias nocivas. Além disso, globalmente, estima-se que 15 mil pessoas morram todos os anos devido ao contato com doenças parasitárias.

Esses números são alarmantes e têm um impacto significativo não apenas na saúde e bem-estar dos trabalhadores, mas também na economia.

Estima-se que cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) global seja perdido anualmente devido a acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. No Brasil, isso se traduz em uma perda anual de cerca de 396 bilhões de reais. Em 2022, 2,5 mil pessoas perderam a vida em acidentes de trabalho no país, com mais de 612,9 mil acidentes registrados, resultando em uma média assustadora de 69 acidentes por hora ou 1,15 acidentes por minuto, conforme dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

É evidente que essa realidade exige uma resposta urgente e coordenada. Mudanças sig-

nificativas só serão possíveis por meio da mobilização e da luta coletiva dos trabalhadores. Infelizmente, vemos exemplos preocupantes, como a recente decisão da Companhia Águas de Joinville, em janeiro de 2024, de aumentar em até três vezes o custo do plano de saúde dos trabalhadores. Atitudes como essa só servem para agravar ainda mais os problemas de saúde e aumentar os índices de adoecimento.

É hora de unirmos forças para garantir ambientes de trabalho seguros e saudáveis para todos, e isso só será possível por meio da luta organizada dos trabalhadores.

VIDA ALÉM DO TRABALHO

Em 2023, surgiu no Brasil o Movimento Vida Além do Trabalho (VAT), liderado pelo influenciador Rick Azevedo, em resposta à escala de trabalho 6x1 amplamente adotada no comércio e setor de serviços. Nessa prá-

tica exaustiva, trabalhadores são submetidos a jornadas de seis dias consecutivos, seguidos por apenas um dia de descanso. Essa escala não só exaure a vida do trabalhador, mas também contribui para o aumento da exploração da for-

ça de trabalho, resultando em níveis preocupantes de adoecimento e até mesmo morte.

O Movimento VAT mobiliza a população por meio de um abaixo-assinado virtual, que já conta com mais de 1 milhão de assinaturas. Além disso, foram criados grupos de apoio à causa em todo o país. Em 1º de maio, diversos locais no Brasil sediaram manifestações e mobilizações promovidas pelo movimento. Em Joinville, o Sintraej participou de panfletagem no dia 30 de abril.

No entanto, a luta contra a escala 6x1 vai além da mera

reivindicação por melhores condições de trabalho. Ela nos convoca a repensar o sistema em que vivemos e a defender uma organização do trabalho que priorize a qualidade de vida dos trabalhadores. Isso inclui a necessidade de uma economia planejada, na qual as decisões sejam tomadas levando em consideração o bem-estar dos trabalhadores.

Na CAJ, a busca por uma organização do trabalho mais justa e equilibrada é reivindicada há anos. Propomos a implementação de

uma jornada de trabalho de seis horas diárias, durante cinco dias, seguida por dois dias de descanso. Essa redução do tempo de trabalho não apenas diminui a exposição dos trabalhadores a atividades extenuantes ao ar livre, mas também reduz o risco de doenças e acidentes.

Assine você também o abaixo-assinado:



File-se ao Sintraej

O sucesso da categoria em cada uma dessas negociações é proporcional ao número de trabalhadores sindicalizados, presentes nas assembleias e com disposição de se mobilizar a qualquer tempo.

Acredite na luta, filie-se ao Sintraej para viabilizar as condições para as mobilizações necessárias e participe das assembleias e outras atividades realizadas pelo sindicato.

 Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Serviços de Água e Esgotos Sanitários de Joinville CNPJ: 08.717.189/0001-40		
Nome		
E-mail		Matrícula
Endereço Residencial		
Bairro	Cidade/Estado	CEP
Estado Civil	Identidade/Orgão Emissor	CPF
Telefone Residencial	Empresa	Data de Nascimento

Requer filiação a essa Entidade Sindical, declarando conhecer os dispositivos estatutários. Autoriza ainda, desconto em folha de pagamento da contribuição mensal sobre 1% do salário base em favor desse Sindicato.

Joinville(SC) _____ de _____ de 20 _____

Assinatura: _____